

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE  
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO  
PROJETO INTRODUTÓRIO EM COMPUTAÇÃO

## **DIREITO À MORADIA ADEQUADA**

Beatriz Oliveira De Jesus  
Moliana Joseli Maria Clara Margraf Bill

Guarapuava, 13 de Junho de 2025

## SUMÁRIO

1. Resumo .....	
2. Objetivo .....	
3. Descrição .....	
4. Fundamentação Teórica .....	
5. Prints das Telas .....	
6. Considerações Finais .....	
7. Referências Bibliográficas .....	

## **1. RESUMO:**

No presente relatório tem como foco o Direito à Moradia Adequada, um direito humano fundamental reconhecido em diversas legislações e tratados internacionais. A proposta desenvolvida visa refletir sobre a importância de garantir condições mínimas de habitação digna, segura e acessível para todos, especialmente para populações em situação de vulnerabilidade. Através de pesquisas e análises, o trabalho aborda os principais desafios enfrentados na efetivação desse direito no Brasil, como desigualdade social, déficit habitacional e políticas públicas ineficazes. O objetivo é promover a conscientização e estimular o debate sobre a necessidade de ações concretas para assegurar moradia como um direito e não como privilégio.

## **2. OBJETIVOS DO PROJETO:**

### **2.1 Objetivo Geral**

Sensibilizar a sociedade sobre a importância da moradia digna e suas implicações sociais, econômicas e culturais, promovendo uma reflexão crítica sobre o tema e incentivando a participação ativa das pessoas em soluções para os problemas habitacionais em suas comunidades.

### **2.2 Objetivos Específicos**

- Identificar as diferentes realidades habitacionais presentes na comunidade local.
- Fomentar a empatia e a solidariedade entre os alunos em relação às pessoas em situação de vulnerabilidade social.

## **3. DESCRIÇÃO DO PROJETO:**

O presente projeto consiste no desenvolvimento de um site informativo com a

temática **Direito à Moradia Adequada**, estruturado de forma dinâmica e acessível. A plataforma apresenta uma **página inicial** e seis **seções interligadas**, desenvolvidas com uso das linguagens **HTML5** e **CSS3**, garantindo compatibilidade e **responsividade** em diferentes dispositivos e navegadores. O site foi planejado para alcançar públicos diversos, promovendo uma navegação simples e intuitiva.

A estrutura do conteúdo está organizada em seis seções principais:

- **Sobre:** apresenta uma explicação introdutória sobre o conceito de Direito à Moradia Adequada;
- **Histórico:** traz uma linha do tempo com os principais marcos e acontecimentos relacionados ao reconhecimento desse direito;
- **Referências:** reúne indicações de filmes, documentários e obras literárias que abordam o tema, com foco na conscientização social;
- **Relatos:** exibe depoimentos e testemunhos que evidenciam a ausência ou violação do direito à moradia;
- **Serviços Públicos:** destaca os serviços oferecidos pelo poder público no enfrentamento das questões habitacionais;
- **Problemas:** apresenta os principais desafios enfrentados pela sociedade em relação à efetivação do direito à moradia.

O projeto utilizou diversos recursos visuais e estilísticos, como **imagens ilustrativas, gráficos, retratos e tirinhas**, todos devidamente referenciados na seção de referências. A identidade visual foi construída a partir de **paletas monocromáticas** selecionadas na plataforma Coolors, utilizando tons que se complementam para reforçar a harmonia visual do site. As cores aplicadas no projeto são:

- Yale Blue: #134074
- Berkeley Blue: #13315C
- Oxford Blue: #0B254
- Powder Blue: #8DA9C4
- Mint Cream: #EEF4ED
- Rich Black: #0D1B2A
- Oxford Blue (variação): #1B263B
- Yinmn Blue: #415A77
- Silver Lake Blue: #778DA9

- Platinum: #E0E1DD

Essas cores foram escolhidas para proporcionar um aspecto moderno, agradável e coerente com a seriedade do tema tratado.

## 4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:

### Conceito:

O direito à moradia adequada é um **direito humano fundamental** que garante a toda pessoa um local seguro e digno para viver, com acesso à infraestrutura básica como água potável, energia, saneamento, transporte, educação e saúde. Esse direito também inclui proteção contra despejos forçados, localização adequada e segurança jurídica da posse.

### Base Legal:

#### **Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)**

##### **Artigo 25, §1º:**

“Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação e cuidados médicos.”

#### **Constituição Federal do Brasil (1988)**

##### **Artigo 6º:**

“São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia...”

##### **Artigo 23, IX:**

“É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios promover programas de construção de moradias...”

#### **Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966)**

##### **Artigo 11:**

“Os Estados Partes reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si e sua família, inclusive alimentação, vestuário e habitação.”

## 5. PRINT DAS TELAS:



Histórico do Direito à Moradia Adequada

[Início](#)[Sobre](#)[Histórico](#)[Referências](#)[Relatos](#)[Serviços Públicos](#)[Problemas](#)

### Histórico do Direito à Moradia Adequada

O direito à moradia adequada é reconhecido como um direito humano fundamental, mas sua consolidação foi gradual ao longo do século XX.

**- Origem no pós-guerra (1940-1950)**

Após a Segunda Guerra Mundial, muitos países enfrentaram crises habitacionais. Em resposta, o direito à moradia começou a ser discutido como parte da reconstrução social e econômica.

**- Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)**


O Artigo 25 reconhece o direito de todos a um padrão de vida adequado, incluindo alimentação, vestuário, saúde e moradia. Foi o primeiro marco internacional a abordar a moradia como um direito.

**- Pactos e convenções internacionais**

Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966): no artigo 11, reforça o direito à moradia adequada e à melhoria contínua das condições de vida. Outros tratados regionais também reconheceram o direito, como a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969).

**- Ênfase na moradia adequada (anos 1990)**

A partir da Conferência da ONU sobre Assentamentos Humanos – Habitat II (1996), ficou mais claro que não basta ter um teto, mas sim condições adequadas de moradia (como segurança, infraestrutura, localização e acesso a serviços).

 2025 Direito à Moradia Adequada. Todos os direitos reservados.

file:///C:/Users/peabiru/Desktop/DireitoMoradiaAdequada/relatos/DM&html

Referências à Moardia Adequada

[Início](#)[Sobre](#)[Histórico](#)[Referências](#)[Relatos](#)[Serviços Públicos](#)[Problemas](#)

Filmes e Documentários:

**Era o Hotel Cambridge (2016), de Eliane Caffé**

Esse filme conta a inusitada trajetória de um grupo de refugiados que divide com os sem-teto uma ocupação no centro de São Paulo. Na tensão diária pela ameaça de despejo, revelam-se pequenos dramas, alegrias e diferentes visões de mundo dos ocupantes.

**Por um sonho urbano (2014), de Edye Wilson e Gisele Gonçalves**

Por um sonho urbano conta a história das mais de vinte famílias que moram na Ocupação Sarai, um prédio abandonado no Centro de Porto Alegre, entre as ruas Caldas Júnior e Mauá. O documentário também retrata o dia a dia dos moradores, as suas atividades de rotina, o funcionamento do coletivo e as ações de luta pelo direito de morar à luz do movimento nacional de luta pela moradia.

**É o que eu vejo, é o que eu sinto (2017), de Peabiru Assessoria Técnica**

Três localidades e situações urbanas são apresentadas. Moradores, técnicos, lutadores revelam histórias de vida e de moradia, violações de direitos, ameaças de remoção e precariedades (muitas vezes não reconhecidas como tal) e trilham caminhos de resistência.

© 2025 Direito à Moradia Adequada. Todos os direitos reservados.

Relatos

[Início](#)[Sobre](#)[Histórico](#)[Referências](#)[Relatos](#)[Serviços Públicos](#)[Problemas](#)

**Eu Moro Aqui**

Este curta-metragem produzido pela Habitat para a Humanidade Brasil em 2024 mergulha na memória e na luta de homens e mulheres que, mesmo em condições adversas, continuam a construir o sonho de uma moradia digna. O filme retrata a resistência e a esperança de quem busca um lar seguro e adequado.

[Assista ao documentário completo](#)

**Moradia e Acesso à Cidade**

Produzido pela Defensoria Pública do Estado do Tocantins e pela Universidade Federal do Tocantins, este documentário apresenta a atual conjuntura da ocupação urbana em Palmas e os desafios de realizá-la respeitando os direitos sociais da população. A narrativa inclui depoimentos de moradores e especialistas sobre a luta pelo direito à cidade.

[Assista ao documentário no YouTube](#)

**Por um Sonho Urbano**

Este documentário conta a história das mais de vinte famílias que moram na Ocupação Sarai, um prédio abandonado no Centro de Porto Alegre. O filme retrata o dia a dia dos moradores, suas atividades de rotina e as ações de luta pelo direito de morar, à luz do movimento nacional de luta pela moradia.

[Assista ao documentário completo](#)

**À Margem do Concreto**

Este documentário acompanha a atuação de várias lideranças que promovem atos de ocupação na região central de São Paulo, conquistando a tão sonhada moradia para uma população que não suporta mais viver em albergues e cortiços. O filme oferece uma visão sobre os movimentos de moradia na cidade.

[Assista ao documentário completo](#)

**Ocupações Urbanas**

© 2025 Direito à Moradia Adequada. Todos os direitos reservados.



Serviços Públicos

[Início](#)[Sobre](#)[Histórico](#)[Referências](#)[Relatos](#)[Serviços Públicos](#)[Problemas](#)

**Desigualdade no Acesso**

No Brasil, o acesso a serviços essenciais como água, esgoto e coleta de lixo é desigual. Enquanto 85,7% da população tem acesso à água por rede geral, no Nordeste essa proporção cai para 59,2%. Já em relação ao esgoto sanitário, apenas 66% dos domicílios brasileiros são atendidos pela rede geral ou fossa ligada à rede. No Sudeste, essa proporção é de 88,9%.

**Consequências da Falta de Serviços**

A ausência de infraestrutura básica compromete a saúde, segurança e qualidade de vida das famílias. Crianças crescem sem acesso adequado à educação ou saúde devido à localização e precariedade do transporte público. Além disso, famílias vivem em locais com risco ambiental por falta de planejamento urbano.

**Infraestrutura Essencial**

Moradias dignas precisam estar próximas a escolas, creches, postos de saúde, transporte e áreas de lazer. Serviços como coleta de lixo e iluminação pública são fundamentais para garantir segurança e qualidade de vida. No entanto, muitos bairros periféricos carecem desses serviços, evidenciando a necessidade de políticas públicas mais eficazes.

**Projetos de Melhoria**

Iniciativas como o programa “Viver Mais” no Paraná têm promovido melhorias nas condições de moradia e facilitado o acesso a serviços públicos para idosos, construindo conjuntos habitacionais adaptados e com infraestrutura adequada.

**Parcerias Público-Privadas**

Parcerias entre governos e empresas privadas têm sido exploradas para ampliar o acesso a serviços essenciais. Projetos como o Sesc Pompéia em São Paulo exemplificam como espaços públicos podem ser revitalizados para oferecer serviços culturais e sociais à

**Desafios Regionais**

As desigualdades regionais impactam diretamente o acesso a serviços públicos. No Nordeste, por exemplo, 94,7% do déficit habitacional corresponde a famílias com renda de até três salários mínimos, evidenciando a necessidade de políticas públicas específicas

© 2025 Direito à Moradia Adequada. Todos os direitos reservados.

Problemas

[Início](#)[Sobre](#)[Histórico](#)[Referências](#)[Relatos](#)[Serviços Públicos](#)[Problemas](#)

**Ocupações Irregulares**

Milhares de famílias vivem em áreas de risco, como encostas e margens de rios, devido à falta de acesso a terrenos seguros e políticas habitacionais eficazes. Essas ocupações são vulneráveis a deslizamentos, enchentes e remoções forçadas.

**Déficit Habitacional**

O Brasil possui um grande número de pessoas sem moradia ou em habitações inadequadas. Segundo a Fundação João Pinheiro, milhões vivem sem banheiro exclusivo, com excesso de pessoas por cômodo ou em moradias precárias.

**Ausência de Políticas Sustentáveis**

Muitas políticas públicas não se sustentam a longo prazo e não contemplam a diversidade social e cultural dos moradores. Além disso, há falhas na regularização fundiária e no acesso a crédito habitacional, agravando ainda mais a situação da moradia pública no país.

**Segregação Espacial**

A segregação espacial resulta na formação de áreas urbanas desiguais, onde populações de diferentes classes sociais vivem em locais distintos, com acesso desigual a serviços e infraestrutura. Isso perpetua a exclusão social e limita as oportunidades de desenvolvimento para as populações mais vulneráveis.

**Impactos Ambientais**

A ocupação desordenada de áreas urbanas, muitas vezes sem planejamento adequado, pode levar a danos ambientais significativos, como a degradação de áreas verdes e a poluição de recursos hídricos, afetando a qualidade de vida dos habitantes e o equilíbrio ecológico das cidades.

**Direitos das Pessoas em Situação de Rua**

As pessoas em situação de rua enfrentam extrema vulnerabilidade social, falta de acesso à moradia, saúde, alimentação e segurança. A Constituição Federal garante o direito à dignidade, mas a efetivação desses direitos ainda é limitada. Políticas públicas específicas e integradas são essenciais para garantir inclusão social e respeito à cidadania dessas

© 2025 Direito à Moradia Adequada. Todos os direitos reservados.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O desenvolvimento deste projeto proporcionou aprendizados significativos, tanto no âmbito **técnico** quanto **social**. Ao criar o site sobre o Direito à Moradia Adequada, foi possível aprofundar o conhecimento sobre o tema em suas diversas dimensões, refletindo criticamente sobre os conteúdos abordados em cada seção. A construção das páginas possibilitou maior compreensão da importância desse direito e dos desafios enfrentados para sua efetivação na sociedade.

No aspecto técnico, foram aprimoradas habilidades de programação com



**HTML5** e **CSS3**, especialmente no que se refere à estruturação semântica, design responsivo e organização visual do conteúdo. A escolha das cores e a divisão coerente das seções foram alguns dos desafios encontrados durante o processo, exigindo atenção à estética, à acessibilidade e à clareza das informações.

O projeto apresenta potencial para continuidade, podendo evoluir com a utilização de **linguagens de programação mais avançadas**, além da implementação de um **banco de dados**. Com isso, seria possível criar um sistema interativo, no qual os usuários pudessem acessar conteúdos personalizados, compartilhar relatos ou consultar serviços públicos relacionados à moradia, promovendo assim maior engajamento com o tema.

## 7. REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE. *Acesso a serviços urbanos não acompanha avanço de políticas públicas de moradia*. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23062-acesso-a-servicos-urbanos-nao-acompanha-avanco-de-politicas-publicas-de-moradia>.

Acesso em: 13 jun. 2025.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE. *Favelas e comunidades urbanas: IBGE muda denominação dos aglomerados subnormais*. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38962-favelas-e-comunidades-urbanas-ibge-muda-denominacao-dos-aglomerados-subnormais>.

Acesso em: 13 jun. 2025.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 13 jun. 2025.

COOLORS. *Paletas de cores – Tendências atuais*. Disponível em: <https://coolors.co/palettes/trending>. Acesso em: 13 jun. 2025.

DIREITO À MORADIA. *Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP*. Disponível em: [http://www.direitoamoradia.fau.usp.br/?page\\_id=46&lang=pt](http://www.direitoamoradia.fau.usp.br/?page_id=46&lang=pt). Acesso em: 13 jun. 2025.

IBDU – INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO. *8 filmes para pensar o direito à moradia*. 2018. Disponível em: [https://ibdu.org.br/2018/06/15/8-filmes-para-pensar-o-direito-a-moradia/?utm\\_source=chatgpt.com](https://ibdu.org.br/2018/06/15/8-filmes-para-pensar-o-direito-a-moradia/?utm_source=chatgpt.com). Acesso em: 13 jun. 2025.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Estudos e dados sobre moradia, pobreza e políticas públicas*. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 13 jun. 2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. *Direito à moradia*. Disponível em: <https://site.mppr.mp.br/meioambiente/Pagina/Direito-Moradia>. Acesso em: 13 jun. 2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Direito à moradia adequada*. Biblioteca Digital. Disponível em: [https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Direito-a-moradia-adequada.pdf](https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Direito-a-moradia-adequada.pdf). Acesso em: 13 jun. 2025.

ONU HABITAT. *Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos*. Disponível em: <https://unhabitat.org/>. Acesso em: 13 jun. 2025.

ONU BRASIL. *Moradia adequada deve estar no centro das políticas urbanas, diz ONU no Dia Mundial do Habitat*. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/74476-moradia-adequada-deve-estar-no-centro-das-pol%C3%ADticas-urbanas-diz-onu-no-dia-mundial-do-habitat>. Acesso em: 13 jun. 2025.

PLANEJAMENTOS DE AULA. *Projeto: Moradia, educação e conscientização social*.

Disponível em:

<https://planejamentosdeaula.com/glossario/projeto-moradia-educacao-e-conscientizacao-social/#gsc.tab=0>. Acesso em: 13 jun. 2025.

UNICEUB. *Cartilha: Direito à moradia*. Disponível em:

<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/14424/1/CARTILHA%20DIREITO%20A%20CC%80%20MORADIA.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2025.